

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.590 - RS (2019/0091932-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : VALMIR RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VALMIR RODRIGUES DA SILVA, contra acórdão proferido pela 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 70080498496.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 28.01.2019 pela prática do delito tipificado no art. 306, § 1º, inciso I, do Código de Trânsito Brasileiro. Foi concedida ao recorrente a liberdade provisória, mediante o pagamento de fiança arbitrada no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Nesta via, alega o recorrente que é pobre na acepção jurídica do termo, não possuindo recursos financeiros que suportem a fiança arbitrada, motivo pelo qual permanece encarcerado desde a prisão em flagrante, ressaltando a desnecessidade da segregação do acusado.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente com a dispensa do pagamento da fiança ou a imposição de outras medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP).

É o relatório.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que "*da certidão de antecedentes criminais atualizada obtida junto ao sistema informatizado desta Corte, também colacionada aos autos, extrai-se que o paciente registra condenação provisória, também pela prática de crime no trânsito*" (e-STJ fl. 76).

Acrescentou que "*Nesse sentido, entendo que a concessão de liberdade provisória mediante pagamento de fiança deu-se como alternativa justamente por não se revelar suficiente a imposição de outras medidas cautelares diversas previstas no artigo 319 do CPP, em estrita observância às disposições contidas nos artigos 310, inciso III 1, e 321 2, ambos do CPP, em se tratando de crimes afiançáveis*" (e-STJ fl. 76).

E ainda, "*Não tendo restado demonstrada a incapacidade econômica não há falar em dispensa da fiança, como autorizam os artigos 310, parágrafo único, e 350, ambos do CPP. Impende salientar que a simples assistência pela Defensoria Pública não se reveste da robustez necessária a comprovação da precariedade econômica, que pode ser evidenciada através da juntada de simples documentos, ônus do qual a defesa não se desincumbiu*" (e-STJ fl. 77).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos

dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

